

História de Alfenas

Introdução

O estudo da história do município de Alfenas, apresentado a seguir, pretende ser uma contribuição para um melhor entendimento da dinâmica da ocupação, pelos europeus (ou seus descendentes) e seus escravos africanos (ou seus descendentes), das terras do sul de Minas Gerais, que até então eram ocupadas por povos indígenas.

Antes de iniciarmos a narrativa sobre o assunto, gostaríamos de colocar duas frases, que já se transformaram em "máximas" em relação ao estudo de história nos dias de hoje:

"A história é sempre uma reconstrução problemática daquilo que não é mais". Estas palavras referem-se a um importante elemento: o tempo, que por sua vez é dotado de uma forte característica: a transitoriedade, posto que um instante vivido é um instante passado, e, quando em direção a ele caminhamos, em busca de indícios ou pistas que nos permitam retomá-lo, percebemos que quanto mais recuado no tempo o período estudado, maiores tendem a ser nossas dificuldades: os testemunhos são mais escassos e de difícil localização nos arquivos que guardam documentos, antigos ou recentes, materiais (escritos ou expressões da cultura material), ou imateriais (memórias, mentalidades ou manifestações culturais ligadas ao sensível) .

"A história é filha de seu tempo". Estas, por seu turno são palavras que nos colocam frente a frente com outra importante questão: a intenção da história, como a alertar que a construção do conhecimento histórico é sempre motivada por um contexto específico onde interagem diferentes elementos e interesses, e o historiador não pode se furtar a isso. A frase coloca em xeque o mito da neutralidade científica, que por muito tempo mascarou a questão.

Com estas frases esperamos justificar o caráter provisório do texto que segue, pois nossos estudos estão ainda no início, e de nosso presente, procuramos entender mais que o processo de formação administrativa, eclesiástica ou jurídica do município de Alfenas. Buscamos nos registros do passado coisas que, sob novas formas, conhecemos no presente formando a identidade local.

Muitas lacunas e interrogações nos acenam, como a nos alertar que um longo trajeto ainda terá de ser percorrido através de pesquisas em fontes primárias, secundárias, e mesmo orais, até que tenhamos algo de mais conclusivo para apresentar.

Primeiros Habitantes

A região onde se localiza o atual município de Alfenas encontra-se nos vales dos Rios Sapucaí, Machado e Verde. Generosa em água e recursos naturais foi primitivamente povoada por tribos indígenas, das tradições Tupi-guarani e Sapucaí.

Deles, somente nos restaram vestígios esparsos, que permaneceram resistentes no tempo, alimentando nossas memórias através dos nomes de algumas localidades, de alguns componentes de nossa alimentação, em nosso vocabulário e na cultura material, ainda encontrada na forma de cacos cerâmicos ou artefatos líticos, distribuídos em pelo menos 15 sítios de interesse arqueológico demarcados no município, conforme registros realizados por pesquisadores do setor de arqueologia da MHNJB/UFMG e do IAB (Instituto de Arqueologia Brasileira).

Das áreas demarcadas, pelo menos três eram de habitação, ou ocupação permanente, de tradição Tupi-guarani; as outras áreas, de acampamento, pertenciam à tradição Sapucaí. Infelizmente pouca coisa se sabe a respeito dessas tribos, de sua chegada e permanência na região: somente escavações arqueológicas serão capazes de nos revelar algo mais sobre elas e de seus contatos com outros povos, índios como eles ou então com os colonizadores que no século XVIII vieram encontrá-los.

Nos últimos anos do século XVIII, imigrantes europeus e negros africanos de diversas nações povoaram esta paisagem, pouco ou quase nada modificada pela ação dos índios, com os quais disputaram a posse e o direito de uso fruto do território.

A partir do contato, os índios foram paulatinamente eliminados da paisagem local, por aculturação, extermínio ou fuga. As terras passaram a ser divididas em grandes glebas, doadas em sesmarias onde se fixavam as famílias colonizadoras, que, com seus escravos e animais domésticos, iniciaram a construção da infraestrutura para a efetiva ocupação do território. Neste processo abriam caminhos, formavam arraiais e criavam vilas, inserindo-se no sistema da administração colonial.

Os conquistadores, logo que chegaram, puseram mãos à obra, cultivando a terra, construindo suas moradas, seus engenhos, seus templos e empreendendo comércio: traziam consigo uma nova mentalidade, que transpunha para terras do Brasil o processo de colonização idealizado no continente europeu.

Povoamento Colonial

A primeira leva de colonizadores em Minas Gerais veio em busca de ouro, pedras preciosas e indígenas para escravizar. Eram aventureiros em busca de riquezas, poder ou melhores condições de vida do que aquelas que até então conheciam. Nessa época, o eixo econômico do Brasil Colonial deslocava-se para o centro sul, atraindo grande número de pessoas, que se embrenhavam, em bandos ou caravanas, por regiões praticamente desabitadas, espantando os indígenas e se apropriando das terras, empreendendo a mineração, roçando mata e plantando gêneros para sua alimentação.

Nas primeiras décadas do século XVIII, quando aconteceu o Estabelecimento das Minas e a criação das Vilas, a região do atual município de Alfenas ficava localizada a Ocidente da Villa de São João del Rey (criada em 1713). Em meados desse mesmo século, se fez, por Bula do Papa Benedicto XIV, a divisão das Dioceses, repartindo-se o Bispado em três Catedrais, que foram Rio de Janeiro, São Paulo e Minas. A subordinação da região, pelas naturezas eclesiástica e jurídica ficou da seguinte maneira:

O Termo da Villa de São João comprehende hum grande expasso do governo de Minas digo expasso do Bispado de S. Paulo, servindo de deviza entre esta Diocese, e a de Marianna, o Rio Sapucahy, e parte do Rio Grande; e por esta razão são do Bispado de S. Paulo as Paroquias de Jacuhy, Rio Pardo, Cabo Verde, Camanducuya, e S. Anna do Sapucahy. No que diz respeito ao Eccleziastico, são os seus Paroquianos, sujeitos ao Bispado de S. Paulo, e pelo Secular são da Jurisdição do Governo das Minas, e das Justiças, da Comarca do Rio das Mortes.

Vários registros nos permitem afirmar que a história da colonização de Minas começou a ser esboçada a partir do século XVI, com as primeiras expedições penetrando nos sertões do continente. Dessa época, uma notícia dada pelo sertanista João Pereira Botafogo, que descobre o Rio Sapucaí entre os atuais municípios de Paraguaçu e Carmo do Rio Claro; daí em diante, o rio serve de rota a várias bandeiras até que, em 1737, o Ouvidor Geral de São João Del Rei, Cypriano José da Rocha manda desbravar o Sapucaí e

explorar o ouro. Assim, fase decisiva do povoamento iniciou-se a partir de 1700, com a descoberta do ouro e diamantes. "Em poucos anos já era elevado o número de arraiais (...) Criou-se então o problema de ordem pública ao lado do de ordem fiscal, na época o mais importante, a exigir desde logo o estabelecimento de núcleos com autoridades encarregadas de atender a um e outro.

Os descobertos iam aumentando e em suas redondezas a fixação dos homens, posteriormente marcada pela construção das capelas, representavam a tentativa de ordenação e controle da vida nesses "novos locais". Na primeira metade do século XVIII já haviam penetrado e iniciado a ocupação do sul da região de Minas Gerais, gerando núcleos com características proto-urbanas, dotados de arruamentos, casas de morada, igrejas, praças, vendas prédios da administração pública.

Campanha, Aiuruoca , São Gonçalo do Sapucaí , foram dos primeiros núcleos de povoamento do sul de Minas Gerais. Nesses locais encontraram ouro, e a mineração - mesmo não tendo acontecido com a intensidade que marcou as minas descobertas na região de Mariana, Sabará, Ouro Preto e Diamantina - foi à atividade que motivou o assentamento da população.

Entretanto, em 1780, o Governador Rodrigo José de Menezes expunha, depois de se informar por documentos e pessoas peritas, a respeito do estado de decadência da Capitania de Minas Gerais:

(...) das utilidades ou prejuízos que resultarão do methodo estabelecido em cada hum dos ramos da administração publica, e da cauza de se acharem estes povos exauridos, e reduzidos a huma decadencia incrível, e ver se como testemunha ocular poderia indicar alguns meios de fazer tornar huma tão importante Capitania ao estado florescente, em que, parece, a devião sempre conservar as immensas riquezas que lhe distribuio a natureza.

(...)

A desta Capitania he diferente da de todas as demais. Ella, não he, propriamente dita, nem agricultura, nem comerciante. O Ouro tão útil para Portugal, he a produção destas ricas montanhas, que merece a maior parte de atenção e disvêlo primeira não só daqueles a quem desêjo de enriquecer anima a procura-lo; mas também de quem pelo Soberano se acha encarregado de as regêr .

Estava no fim o boom da exploração das minas de ouro, com exceção das de Campanha, que permaneceram em atividade até as primeiras décadas do século XIX, como relataram os viajantes Spix e Martius, que percorreram o sul de Minas.

Assim, nas últimas décadas do século XVIII e primeiras do século XIX, muitas famílias migraram, buscando nos vales férteis, banhadas pelas volumosas águas dos rios da região, uma alternativa econômica, e as atividades agropastoris acenavam naquele momento, como ramo promissor.

Desses migrantes, algumas famílias que deixaram seus sobrenomes registrados em livros eclesiásticos de Aiuruoca, Campanha, Cabo Verde e outras localidades se fixaram no território do atual município de Alfenas. Não vinham sós, como os primeiros aventureiros a desbravar os sertões de Minas Gerais... os acompanhavam suas famílias e seus escravos africanos. Encontraram um cenário acolhedor, de natureza generosa em água, caça e peixes, de clima ameno e terras férteis, fatores que certamente haviam também atraído os indígenas que aqui viviam.

O Século XIX

A decadência das minas que atraíram os primeiros colonizadores já havia cedido espaço a novas necessidades e a novos projetos: a ocupação da área, com a busca de terrenos propícios ao desenvolvimento de atividades agropastoris. Uma nova mentalidade passava a imperar, conforme expressa José Marinho de Araújo, ao escrever a biografia do Barão de Aiuruoca:

"Pelos núcleos humanos, aflorados na região traçada pela Picada da Aiuruoca, havia de sair também agricultores e não só mineradores. Os primeiros habitantes eram portugueses e paulistas, ávidos de ouro. Mas, seus filhos e netos, trazendo o sangue estudante em suas veias, aspiravam outras coisas, bem contrárias àquelas que fizeram fixar seus avós pelas quebradas da região (...) Abriam novos caminhos e fundaram novos povoados, novas vilas e cidades" .

O início do século XIX representa um marco da história de Alfenas. Vários autores, entre eles Alfredo Moreira Pinto (1887), Nelson C. de Senna (1909), Waldemar de Almeida Barbosa (1971) e Aspásia Vianna Manso Vieira Ayer (1991) se referem a esta época como o início do povoamento da localidade com a construção de uma Capela em homenagem a

São José e Nossa Senhora das Dores. Entre os autores acima citados, duas versões imperam, a primeira referendada pelas obras dos três primeiros autores citados e a segunda pela obra de Aspásia.

Como primeira versão temos:

"Ignora-se ao certo a data em que teve lugar a fundação dessa cidade. Sua capella foi edificada com os esforços de João Martins Alfenas e José Martins Alfenas" (PINTO: 1887).

"Das tradições locais consta que, a 22 de junho de 1805, Francisco de Siqueira Ramos e sua mulher D^a. Mariana Ferreira de Araujo doaram para a capella de S. José e Nossa Senhora das Dores o terreno preciso para seu patrimônio, e essa capella, edificada a esforços de João Martins Alfenas e José Martins Alfenas, determinou o nome da povoação, que ficou conhecida por S. José e Dores de Alfenas" (SENN, 1909: 181).

"No início do século XIX, Francisco de Sequeira e sua mulher, Mariana Ferreira de Araújo, tomaram a iniciativa de erigir uma capela dedicada a S. José e n. As. Das Dores, para o que fizeram a doação de um patrimônio. Membros da família Alfenas edificaram a capela. Ao seu redor surgiu o arraial. E, por ato da Regência, de 14 de julho de 1832, foi criada a freguesia, com o título de São José de Alfenas. Realmente, o ato da Regência refere-se à freguesia de S. José de Alfenas, mas o nome da Freguesia que se vê comumente, em documentos da época, é freguesia de S. José e Dores dos Alfenas" (BARBOSA, 1971: 30).

Como segunda versão, a apresentada por Aspásia, temos o ano de 1799 como data da construção da primeira capela, por portugueses imigrantes. De acordo com sua versão, a capela, construída em homenagem a "Nossa Senhora das Dores e São José", constituía o marco de uma sesmaria doada a Domingos Vieira e Silva pela Rainha de Portugal, D. Maria I, que ficou chamada, pelo sesmeiro, de Pedra Branca. Em 1803, o Padre Joaquim José Ferreira, vindo de Campanha por obra de Domingos Vieira e Silva como capelão, foi o responsável pela abertura dos primeiros livros de assentamentos do arraial.

Em busca de dados que nos comprovassem a história construída por Aspásia, nos debruçamos sobre os livros da Paróquia de São José e Dores, onde encontramos um livro aberto em 1803, que trazia, em sua primeira folha o seguinte Termo de Abertura:

"Neste livro se lançará os Inventario de todas as Imagens Alfaias e demais pertences da Capella de Nossa Senhora das Dores e Sam José. Vai por mim rubricado com a ma.

Rubrica que diz: (assinatura ilegível). Sem (...) coiza que duvida faça e para constar fiz este termo que no fim leva (...) .Cabo Verde 29 de março de 1803".

O livro traz também o seguinte Termo de Encerramento:

"Tem este livro cento quarenta e sete folhas. Todas por mim rubricadas com a ma. Rubrica que diz (ilegível)".

Entretanto, nas folhas onde deveriam ter sido inventariadas as imagens e alfaias não há nada escrito. Estão em branco as folhas a partir da de número 3 (inclusive) até a de número 19 (inclusive). Da folha vinte em diante traz petições, provisões e despachos, de datas mais recentes. Portanto, nesse livro nada pudemos apurar a respeito das informações apresentadas pela autora, que a ele se referiu.

Aspásia empreendeu esforços no sentido de comprovar que o fundador do arraial foi Domingos Vieira e Silva. Pela Lei Municipal n. 1.343, de 5 de dezembro de 1795, seus esforços foram coroados de êxito. Seu trabalho de pesquisa norteou também a criação do Brasão e da Bandeira da cidade de Alfenas.

Para justificar o nome Alfenas, relacionado ao arraial fundado por Domingos Vieira e Silva, apresenta fragmentos de documentos (cuja localização é duvidosa) e, a partir deles conclui que a troca do nome do arraial, de Nossa Senhora das Dores e São José da Pedra Branca para São José dos Alfenas é obra do Padre Venâncio José da Siqueira, que teria sido atendido no pedido que enviou ao Imperador, para a mudança do nome. O Padre Venâncio teria feito o pedido no intuito de homenagear o casal João Martins Alfena Menel e sua esposa Tereza Joaquina Menel. A homenagem seria uma forma de agradecimento pelo fato do casal ter criado o menino José, exposto em sua casa no dia 3 de fevereiro de 1815. O menino José seria filho do Padre Venâncio e de D. Delfina, e, anos depois foi preparado para seguir a carreira clerical, tendo sido ordenado em 1838. Em 1857 foi provisionado como pároco de São José dos Alfenas, aí atuando até 1904, ano de seu falecimento (AYER, 1983-1985).

Entretanto, ao ler seu livro, ficaram-nos algumas interrogações, suas indicações bibliográficas não são precisas: muitas delas não nos permitem precisar as fontes em que se baseou e nem mesmo sua localização.

Quanto à designação Pedra Branca, baseando-se em textos de Nelson Lopes ("Subsídios para a História de Alfenas" - O Alfense: 30-12-32), a autora afirma:

" Erigida a capela com o nome de "S. José e Dores da Pedra Branca" o fundador homenageava os santos da sua devoção e designava o local "PEDRA BRANCA". Havia e ainda há ali um córrego que se chama Pedra Branca. Haveria pedras brancas em seu leito? Não se pode esquecer também que não muito longe estava a chamada Serra da Pedra Branca. O nome era tão sugestivo que uma das ruas da futura vila se chamaria também , "rua Pedra Branca".

(...)

"Até 1832, nada tendo sido encontrado, em contrário, até então, o nome do lugarejo permaneceu o mesmo que lhe deu o fundador: "SÃO JOSÉ E DÔRES DA PEDRA BRANCA".

"Mas, eis que em 14 de julho de 1832, na regência, o Imperador D. Pedro II sancionou proposta do Conselho Geral da Província de Minas Gerais, criando a"Paróchia de São José dos Alfenas" (AYER, 1883-1985: 13/14).

Até o momento, os documentos eclesiásticos, mesmo o mais antigo, não fazem referência ao complemento Pedra Branca, somente a Nossa Senhora das Dores e São José ou São José e Dores. No livro de Assentamentos de Batismos 1815 -1895, do acervo da Paróquia de São José e Dores, encontramos antes do ano de 1832, na folha 2v. referência à Freguesia de Sam José e Dores dos Alfenas.

Encontramos também, em uma revista do Arquivo Público Mineiro, uma lista dos termos da Villa de Jacuhy, onde aparecem Arraial do Cascalho ou Pedra Branca (que contava 25 fogos) e logo abaixo Arraial de S. José e Dores (também com 25 fogos).

Foi somente nas duas obras de Aspásia que conhecemos a designação São José e Dores da Pedra Branca. O "termo do documento que concedeu ao Alferes Domingos Vieira da Silva meia légua de terras devolutas na Comarca do Rio das Mortes", transcrita no final de uma de suas obras, do Livro 256, fls. 204 do Arquivo Público Mineiro, assim determina a localização da sesmaria: "terras devolutas que constão de Matas Virgens, Capoeiras e Campos, as quaes partem do alto da Serra de São Pedro, com o do Capitão José Alvares, e com outras terras que forão de Luiz Lourenço Martins, José Ferreira Ribeiro e outros (...)" (AYER, 1983-1985: 41). Seriam estes marcos suficientes para afirmar que a tal meia légua doada ao Domingos Vieira da Silva abarcaria, em seu território, o local onde foi construída a Capela?

Teria mesmo o nome Pedra Branca referindo-se ao povoado onde foi erigida a Capela de S. José e Dores? O nome Pedra Branca não poderia referir-se a outra localidade? Não poderia a sesmaria da qual tomou posse Domingos Vieira da Silva ter outra localização? Nos dias de hoje existe, nas vizinhanças do município de Caldas uma serra, conhecida por Pedra Branca, e também o município de Pedra Branca. Será que não poderia haver alguma confusão em relação a nomes e localizações?

Como se percebe, são muitas as questões para as quais ainda não sabemos as respostas; esperamos encontrá-las, talvez se deva ao fato de estarmos ainda no início de nossa pesquisa...

Embora ainda estejamos no início de nossos trabalhos de pesquisa, constatamos que a família Martins Alfena (s) era, sem dúvida, bastante popular e conhecida na região, conforme pudemos notar através de breve pesquisa realizada nos livros de Assentos de Batismos encontrados na paróquia de São José e Dores (e também nos de Aiuruoca, importante via de pesquisa que Aspásia nos indicou). Eles eram constantemente convidados para padrinhos dos batizados. Certamente era uma família de posses, encontramos assentos de batismos de escravos que lhes pertenciam e no cartório, alguns documentos nos mostraram que eram proprietários de terras no local.

Além disso, a julgar pelo tom apaixonado da autora, quem nos garante que ela, assim como o Padre Venâncio, não estaria agindo movida por seus interesses pessoais, posto que é descendente de Domingos Vieira da Silva? Hoje sabemos que a História é sempre uma construção, na qual operam interesses diversos, presentes tanto no momento de produção dos documentos nas mais variadas épocas, quanto naqueles que sobre eles se debruçam com a finalidade de estudar o passado.

Quanto à História de Alfenas, ou melhor, aquela mais longínqua no tempo, que encerra os segredos da origem, somente indiciados em fragmentos esparsos que hoje unimos tentando formar um todo coerente ainda está repleto de lacunas, e contradições, como se viu. Os documentos escritos que citamos são registros que agora tentamos recuperar sob os interesses do presente. Hoje, para nós, os sobrenomes apresentam interesse por permitir a compreensão da dinâmica da ocupação do território - com suas implicações econômicas, políticas e, sobretudo culturais - do que por determinar a responsabilidade de ocupação do mesmo, que sabemos, jamais será única.

Nessa concepção de história, não podemos deixar de considerar que vários foram os sobrenomes (e até mesmo os nomes, sem sobrenomes) a fornecer matéria prima para o preenchimento dos documentos que nos contam a história local. Além dos Vieiras e Silvas, dos Martim Alfena, Martins, Siqueiras, Oliveiras, Barros, Veigas, inumeráveis outros estão presentes nos documentos que encontramos na Paróquia São José e Dores. Aspásia nos indicou a pista: Aiuruoca, onde encontramos muitos sobrenomes que já havíamos visto nos documentos em Alfenas. Certamente, muitos deles estão espalhados em acervos da região, e somente um estudo minucioso dessas fontes primárias nos permitirá tecer conclusões a respeito.

É bom lembrar que as construções das capelas podem não coincidir exatamente ao início do povoamento na localidade. Pode ser que antes mesmo da construção da Capela de São José e Dores já existisse ali concentração de pessoas. Quanto a isso, somente escavações arqueológicas poderão nos informar, ou então o encontro de alguma fonte inédita, o que é mais improvável.

Independente da data em que se fixaram os primeiros colonizadores foi no século XIX que o povoado começou a produzir seus documentos escritos, com sua inserção, num primeiro momento, nos quadros da administração colonial e, depois de Proclamada a Independência em 1822, na administração imperial.

O controle das minas era realizado, desde o século XVIII, também pelas milícias. Na região onde se localiza Alfenas, "o policiamento era feito por milicianos e ordenanças, que eram soldados a pé, recrutados entre a população. A Sede do Regimento era em Campanha, sob o comando de um coronel (...) O raio de ação do Regimento ia do Rio Grande Capela da Madre de Deus, até Jacuí, uma distância de 76 léguas; do Rio Grande ao Sapucaí, numa distância de 45 léguas; do Sapucaí até a extrema de Minas com São Paulo, 30 a 40 léguas em quadra, abrangendo onze freguesias (...) A Companhia de São José e Nossa Senhora das Dores de Alfenas foi desmembrada da Companhia de Cascalho da barra do 213 - SG. A região se achava em pleno desenvolvimento (...) Do distrito de São José e Nossa Senhora das Dores de Alfenas, foi desmembrada a Companhia de machado em 1812" (CARVALHO, 1985: 17/18).

"A região se achava em pleno desenvolvimento..." E isso antes do ano de 1812, segundo o trecho acima citado.

Durante o século XIX, os colonizadores, acompanhados de escravos de diversas nações africanas, cuidaram de desenvolver na região as lavouras de cereais, colocadas às questões relativas à fundação do arraial. Nos livros de Assentos de Batismos da paróquia de São José e Dores encontramos o registro de batizados de escravos de diversas nações, entre elas Benguella, Congo, Moçambique, Angolla e Criolla. Encontramos também registros de pardos, filhos de escravas e pais desconhecidos, como a nos revelar que a miscigenação racial, pelo menos entre brancos e negros, já estavam a galope naquela época.

A presença dos negros devia ser bastante expressiva, pois, em 1819 foi construída uma segunda capela no arraial, inaugurada em 1820, tinha como devoção Nossa Senhora do Rosário, tradicional protetora dos "homens pretos".

Em 1832 o arraial foi elevado à categoria de Paróquia, por lei da Assembléia Geral de 14 de julho daquele ano (AYER, 1983-1985: 14), inserindo-se assim, na estrutura organizacional do Império. Ainda nesse século, o arraial tornou-se freguesia em 1839 (lei n. 134), vila em 1860 (lei n. 1.090) e cidade em 1869 (lei n. 1.611).

"Em 1869, pela lei n. 1.614, de 15 de outubro, foi elevada á cidade a então Villa Formosa, que em 1871, pela lei n. 1.791, passou simplesmente a denominar-se Alfenas, por haver em Goyaz outra cidade com o nome de Formosa, causa de frequentes enganos postaes, que convinha evitar". (SENNA, 1909: 179).

"As paróquias tinham, não obstante, a sua importância na organização administrativa e judiciária. Os eleitores eram inscritos por paróquias; e os párocos, na falta do juiz de paz, tinham funções a desempenhar por ocasião de eleições (Lei do Império de 15-X-1827)" (COSTA, 1997: 27).

Ao que consta, "até 1837 não se pode falar em partidos políticos no Brasil. As organizações políticas ou pára-políticas que existiram antes da independência eram do tipo sociedade secreta, a maioria sob influência maçônica. (...) As consequências da descentralização efetivada pelo Código de Processo Criminal de 1832 e pelo Ato Institucional de 1834 e as rebeliões provinciais da Regência é que iriam, ao final da década, possibilitar a formação dos dois grandes partidos que, com altos e baixos, dominaram a vida política do Império até o final ". Eram eles: Partido Progressista e Partido Conservador.

A respeito da formação dos partidos políticos em Alfenas, ainda nada apuramos. Com relação ao assunto encontramos apenas uma notícia: em 1881, Alfenas pertencia então ao 13º distrito eleitoral, que tinha como sede à cidade de Campanha. Nesse ano, alistaram-se 86 eleitores, de acordo com as informações de Alfredo Moreira Pinto, em seus Apontamentos para o Dicionário Geographico do Brazil, no ano de 1887.

Este autor nos informa ainda que o município era então constituído pelas paróquias da cidade, de Nossa Senhora do Carmo do Escaramuça, de São Sebastião do Areado, de São Joaquim da Serra Negra, de Nossa Senhora da Conceição da Boa Vista e de São João do Retiro do Barranco Alto.

Existiam na cidade 4 escolas de ensino público e uma Agência de Correios.

O café, introduzido nas lavouras do sul de Minas em 1833, faziam de Alfenas, em 1887, Alfenas um local de destaque quantidade e qualidade que produzia: "(...) assente num platô de terra roxa que produz extraordinariamente café (...)". Além do café cultivavam outros cereais e também a cana. Criava-se gado e porcos, em grande parte para exportação (PINTO, 1887).

Todo esse desenvolvimento contou com o precioso trabalho dos escravos. "Em 1888, por ocasião da Abolição, ainda havia nesse município, cerca de 4.500 escravos matriculados, fora os ingênuos da lei do ventre livre" (SENNÁ, 1909: 182).

A produção do município, à época, era escoada por um sistema de transporte que integrava as hidrovias às ferrovias. Dos rios que cortavam seu território (Sapucaí, Cabo Verde, São Thomé e Muzambo) apenas o Sapucaí era navegável. Responsável pelo desenvolvimento econômico da região, escoando, dos pequenos povoados, produtos para comercialização. Navegavam grandes trechos do Rio Sapucaí embarcações movidas a varejão, balsas impelidas por grandes varas, que carregavam mercadorias e passageiros, em funcionamento até 1892, quando foram introduzidos os barcos a vapor, que, como os trens, que atravessaram o século.

Século XX

O século XX veio encontrar o regime republicano completamente consolidado e a antiga Província de Minas como um dos mais importantes Estados da Federação, tanto pela superfície, em que figurava como um dos de maior extensão territorial, fazendo limites

com seis outras unidades federadas, como pela população, que lhe dava entre elas o primeiro lugar, e ainda pela destacada atuação de seus filhos na política nacional. (COSTA, 1997: 29).

Alfenas, nesses novos tempos, será contada por de Nelson Carvalho de Senna, que desceu do trem de ferro nos arredores da cidade, mais propriamente na Estação Alfenas, nos idos de 1909. Descrevendo a cidade, nos apresenta alguns símbolos, perpetuando a memória (oficial) dos tempos na História: do império e da república, as duas praças principais:

A cidade tem duas grandes praças principais - a Municipal, toda arborizada de magnolias e circundada de largos passeios de cimento república, e a da Republica que lhe fica fronteira, em uma distância aproximada de 300 metros ou pouco mais.

Ligam-se estas duas belíssimas praças por duas ruas - a do Cônego José Carlos, um benemérito de Alfenas, e a do Comércio.

As principais ruas da cidade têm passeios de cimento de um metro e vinte de largura, mais ou menos.

A Praça da Liberdade que é belíssimo tem largos passeios de cimento em grande extensão, podendo-se lamentar a má colocação que os primitivos habitantes ali fizeram da acanhada necrópole.

Nos dois largos e nos quatro arrabaldes se distribuem as 642 casas, que formam a cidade.

A quase totalidade das casas tem os seus quintais bem plantados de árvores frutíferas, onde se destacam as mangueiras.

Em todos elles há uma intensiva plantação de cafeeiro, que fornecem um dos melhores, ou talvez, o melhor café de Minas.

Alfenas tem um cafeeiro celebre que em tempos deu 8 alqueires de café, o que foi consignado no archivo da municipalidade.

Entre as casas, muitas de regular construção, há algumas velhíssimas, verdadeiramente arcaicas, faceando algumas novas e bonitas. É um tom de antiguidade a sombrear o modernismo.

Hoje em dia, depois das intensas transformações ocorridas no século que então se inaugurava, observando o cenário, tão detalhadamente descrito por Sena, nossas palavras a respeito só podem ser: É um tom de modernismo a sombrear a antiguidade, ou melhor, a encobrir a antiguidade.

A transformação do espaço urbano e a construção de infraestrutura foram velozes. Das muitas ruas descritas por aquele visitante, poucas se podem reconhecer, poucos prédios ainda subsistiram ao tempo, e ao impulso modernizante que veio na esteira do regime republicano.

A Igreja Matriz e a Capela de Santa Cruz, a Casa da Câmara, com o fórum e a cadeia, o Teatro, o Mercado...

Ainda em 1909:

A instrução é ainda ministrada no Colégio da Sagrada Família, para meninos e no Instituto Brasil. Para meninas há o Collegio Prado.

Três médicos, quatro advogados formados, exercem em Alfenas suas profissões.

Há quatro farmácias e publicam-se dous jornaes.

O pão é bem passavel e os outros generos de alimentação encontram-se em abundancia e por preços eguaes e alguns inferiores aos de outros logares servidos por estradas de ferro.

A cidade era abastecida por água de cisternas que se abriam com a profundidade de 150 palmos a mais. Presentemente a água é fornecida por grandes carneiros hydraulicos e suficiente para as necessidades mais urgentes da população.

A administração municipal esta desde muitos annos a cargo do Dr. Gaspar Ferreira Lopes.

O aspecto geral da cidade é encantador, cabendo-lhe mercidamente a qualificação, já muito antiga, de cidade formosa. (SENA, 1909: 180/1).

Na formosa Alfenas acima descrita, na segunda década do século XX, foi construída uma Capela em homenagem aos Santos Reis, considerada nos dias de hoje como a mais antiga capela em homenagem aos reis magos construída em Minas Gerais. O construtor foi o Sr. Antonio Julio de Souza Dias, mais conhecido como Tonico Folia. A primeira missa foi nela celebrada pelo Padre João Batista Van Roogem em dezembro de 1917.

A Capela dos Santos Reis ainda está de pé, e é uma grande referência para a cultura popular regional. Foi edificada na região outrora conhecida por Aflitos, composta por moradas rústicas, cobertas de sapé. O local foi pouco a pouco se expandindo em torno da capelinha, moldando o atual bairro, já incorporado ao perímetro urbano, conhecido como Bairro Santos Reis.

Para Alfenas, o raiar do século XX trouxe consigo grandes avanços em relação aos transportes e às comunicações: ainda na primeira década houve a integração do município à Rede Ferroviária Sul Mineira, através da construção de um ramal e de uma Estação Ferroviária; na mesma década, inauguram-se os serviços de telefonia: Deve-se ao Sr. Coronel Manoel Jacintho Pereira a construção da linha telephonica da cidade à estação de Alfenas (6 kiloms.) na E. de F. Muzambinho. A linha telephonica de Alfenas a Machado foi construída por empreza particular do sr. Marcial Junior, médico; e a construcção da rede entre a cidade de Alfenas e os districtos foi pela lei n. 95 de 25 de agosto de 1907, que concedeo a Gabriel Jacintho Pereira o privilegio para construcção, uso e goso de linhas telephonicas, naquelle mun.(SENNA, 1909: 182).

O município era servido pela E. F. Rede Sul Mineira, com as seguintes estações: Alfenas (na sede), Fama, Gaspar Lopes, Harmonia e Areado (FRADE, 1917: 86). A Estação Ferroviária, que contava com um barracão e com um prédio projetado por Paulo Frontim, localizava-se na atual Praça Amália Engel.

A partir de 1914, duas linhas de navegação fluvial estavam integradas à rede ferroviária: a Navegação Fluvial do Rio Sapucaí e a Viação Fluvial do Rio Sapucaí. Ambas serviam os municípios de Alfenas, Dôres da Boa Esperança, Campos Gerais, Carmo do Rio Claro e parte de Guapé, ligando o porto de Fama (que então era distrito de Paraguaçu) ao Porto Carrito e Porto Belo, em Carmo do Rio Claro. Elas estavam "encravadas" entre a Sul e a Oeste de Minas. Elas faziam, em dias diferentes, a ligação dos portos indicados (LIMA, 1934: p.213). Grandes embarcações, com capacidade para 20 passageiros e 30 mil toneladas de cargas, tinham itinerários definidos e horários regulares. Levavam sal,

rapadura, queijo, manteiga e outros mantimentos, conforme as encomendas entre os comerciantes da região.

De 1933 a 1940, extinta a Navegação Fluvial do Sapucahy, persistiram 3 vapores, da Empresa de Navegação Sapucahy, a cobrir um trecho que ia de Fama até Carmo do Rio Claro. Os portos eram os seguintes: Fama, Amoras, Cabo Verde, Barranco Alto, Azevedo, Correnteza, Águas Verdes, Prado Leite, Ponte, Tromba e finalmente Carrito, já no município e Carmo do Rio Claro.

No início do século XX, ao município pertenciam os seguintes povoados: Bárbaras, Esteves, Gaspar Lopes (estação de trem), Harmonia (estação de trem), Paiva, Rochas, Vianna. Em 1917 a cidade tinha 6000 habitantes, distribuídos em 929 casas. As principais lavouras eram a de café, cereais e cana. As principais indústrias de laticínios e pastoril; comércio de gado vaccum e suíno, as principais fábricas eram de manteiga, macarrão e arreios. Exportava toucinho, café, queijo, manteiga e cereais. Importava fazendas, armarinho, calçados, ferragens, etc. (FRADE, 1917: 85).

Faziam parte do território de Alfenas, além da sede e os povoados, os seguintes distritos:

1) Fama: criado em 30 de agosto de 1911 (lei n°. 556) e instalado em 5 de maio de 1912. Tinha 1500 habitantes e 300 casas.

2) Serrania: também criado em 30 de agosto de 1911 (lei n°. 556) e, em 1917 ainda não havia sido instalado. Tinha 250 casas.

3) São João do Barranco Alto: criado em 24 de dezembro de 1874 (lei n°. 2087). Tinha 1200 habitantes e 360 casas. A este distrito pertenciam os povoados de Boa Vista, Cavaco e São Bartolomeu.

4) São Joaquim da Serra Negra: criado em 1850 (lei n°. 472) e pertencia ao município de Caldas, tendo sido transferido para o de Alfenas em 1860 (lei n°. 1090). A população era de 1600 habitantes e 600 casas.

Nessa época, a divisão territorial do município havia sofrido algumas alterações, como se percebe se compararmos esta relação com outra, apresentada oito anos antes, datados de 1909, quando o município de Alfenas era compreendido por seis distritos: São José e

Nossa Senhora das Dores de Alfenas, S. Joaquim da Serra Negra, Nossa Senhora da Conceição da Boa Vista, Água Limpa, São João do Retiro do Barranco Alto e S. Sebastião do Areado (SENNA, 1909: 179).

Dos extensos territórios de Alfenas doutrora, saíram os municípios de Machado (1880), Poços de Caldas (1890), Areado, Andradas e Campestre (1911), Paraguassú e Gimirim (1923).

O decreto-lei n. 148 de 17 de dezembro de 1938, desligou de seu território os distritos de S. Joaquim da Serra Negra e Serrania, dando-lhes autonomia (MATZNER, 1950: 89).

Quanto à urbanização, em 1950, o aspecto da cidade, com sua topografia plana, é o de uma cidade moderna, com avenidas e ruas largas, grande parte calçada com paralelepípedos e o seu traçado obedeceu a acurados estudos, formando quadriláteros, hoje adotados por urbanistas de renome. (MATZNER, 1950: 90).

A transformação, em relação à descrição feita por Sena 41 anos, antes é grande. Novas edificações compõem o moderno cenário: o prédio da Prefeitura, o moderníssimo Cine Teatro Alfenas, a Escola de Odontologia e Farmácia, o Grupo Escolar Coronel José Bento, o Prédio do Clube XV de Novembro ... as praças mudaram de nome... os habitantes se renovavam ...

O sempre crescente número de estudantes de ambos os sexos que, preferindo o clima salubérrimo de Alfenas a outros centros, aqui afluem constantemente, fazendo de Alfenas uma cidade quase universitária: cabe o mérito desse privilégio a um seu filho de coração, o Dr. João Leão de Faria, o qual aqui veio residir desde a tenra meninez, fundando o então Ginásio S. José de Alfenas, a Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas e a Escola de Comércio (MATZNER, 1950: 91).

Além disso, outras realizações projetavam a cidade, e intencionavam aumentar seu crescimento: merecendo especial atenção do Sr. Prefeito a questão do ensino, terminando as obras do Grupo Escolar Cel. José Bento, instalando várias escolas municipais e reparando as existentes; construção de novas rodovias e reconstrução das que existiam, colocando numerosos mata-burros de cimento, construindo diversas pontes, das quais é a ponte da Barra a maior, com 55 quilômetros de vão; isenção de impostos para novas indústrias que se transferirem para Alfenas ou se estabelecerem; (...) isenção de impostos para os proprietários humildes, que apenas possuam um

casebre, de sua morada; subvencionou Institutos de Ensino, Assistência Dentária e o Aéreo Clube, etc. (MATZNER, 1950: 92/3).

O município contava 134 estabelecimentos comerciais e 390 industriais; 1.215 propriedades rurais, com medidas variando entre 20 e mais de 1.000 hectares, quanto menores, maiores em número; 8 bancos; 1 escola de nível superior; 2 de nível secundário; 1 de ensino profissionalizante; ensino primário: 17 escolas federais supletivas e 2 grupos escolares; 24 escolas municipais rurais; 1 hospital, a Casa de Caridade N. Sra. do Perpétuo Socorro de Alfenas; 1 laboratório de análises clínicas; 2 campos de aviação, com dois vôos semanais para Belo Horizonte; 6 farmácias, 3 hotéis, 1 estação de rádio (ZYC-8, Rádio Cultura de Alfenas, 1 estação de Serviço Rádio-Telegráfico de Minas Gerais; 3 postos de gasolina, com oficinas de conserto; 6 empresas de transporte rodoviário com horários regulares para Gaspar Lopes, Poços de Caldas, Divisa Nova, Botelhos, Paraguaçu, Passos, Guaxupé, Movimento, Muzambinho, Machado, Serrania, Varginha, Carmo do Rio Claro, transporte ferroviário, com horários regulares para Machado e Gaspar Lopes; vários profissionais liberais atuando (dentistas, engenheiros, advogados, médicos) (MATZNER, 1950: 93/7).

Apesar do grande número de escolas, a percentagem de pessoas que sabiam ler e escrever, na data de realização do censo de 1950 era de apenas 51% (IBGE, 1958: 56).

Até 1967, o abastecimento de energia elétrica era feito através de 16 pequenas usinas localizadas nos afluentes do Rio Sapucaí, que formavam a Companhia Sul Mineira de Eletricidade, que abastecia 87 localidades. A energia não era suficiente e os blecautes eram bastante comuns.

Na região, a década de 1960 representa um grande marco. Nessa época, sob a égide de grandes idéias desenvolvimentistas, a região passa por transformações radicais. O então Presidente da República Juscelino Kubitscheck, fiel ao seu binômio Energia e Transporte, determinou a construção da Hidrelétrica de Furnas, que viria a sanar um grande déficit de energia no país. Como consequência imediata, a transformação irreversível da paisagem e a desativação definitiva do transporte ferroviário: os trilhos por onde corriam os trens de ferro ficaram sob as águas da represa.

Também as atividades agropastoris sofreram fortes impactos: as várzeas dos rios eram destinadas à plantação de arroz (1.800 ha); o milho ocupava 990 ha, o feijão 348 ha e o café, ocupando a maior área cultivada, com 2.333 ha. A pecuária era compreendida

pelos seguintes rebanhos: asininos, bovinos, caprinos, eqüinos, muares, ovinos e suínos. Desses rebanhos, principalmente o suíno e o bovino eram exportados para o Rio de Janeiro e São Paulo (IBGE, 1958: 54).

Furnas inundou 1440 km. do sul de Minas Gerais. Em 1961 fecharam-se suas comportas para o enchimento do reservatório de água e, dois anos depois, em 1963, começou a operar. Nesse período, do município de Alfenas, foram submersos os distritos de Barranco Alto e Fama. O transporte ferroviário foi desativado, pois os trilhos por onde passavam os trens de ferro ficaram sob as águas.

Por muitos anos Furnas foi considerada a maior hidrelétrica da América do Sul. E hoje abastece os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em 1992, a região servida pela energia gerada em Furnas abrangia cerca de 500 municípios.

A represa gerou crescimento urbano com a chegada dos migrantes das áreas alagadas, atraindo também iniciativas e investimentos na área do turismo (embora este não seja aproveitado em todo o seu potencial), serviços, etc... Ao mesmo tempo em que trouxe progresso, fez desaparecer paisagens, acabou com a piracema e submergiu cenários que atualmente só existem na memória das pessoas que viveram nas localidades que foram alagadas.

Nos tempos da Companhia Sul Mineira de Eletricidade, a energia não era suficiente, mas as pequenas usinas não causavam impacto ambiental, como Furnas. As cidades, entre elas Alfenas, prejudicadas pela construção do lago de Furnas recebem, anualmente, royalties da água, como forma de indenização.

Da época anterior a Furnas, restam alguns registros na memória: em instantâneos fotográficos, em textos descritivos ou em documentos e na mente das pessoas mais velhas, que se serviam das embarcações que navegavam no Sapucaí e dos trens: desse tempo, se lembram com melancolia.

A despeito de toda transformação e da rapidez com que elas operaram ou foram operadas no último século, algumas coisas permanecem, nem sempre intactas, porém vigorosas. Trata-se de manifestações culturais, de caráter intangível, que depende única e exclusivamente da tradição cultural aqui cultivada. Nos anos 50, o povo do município, por tradição, festejava São Sebastião, São José e Nossa Senhora Aparecida. Em outubro, durante a festa de Nossa Senhora do Rosário, constituem grande atração para visitantes de localidades próximas as Congadas que se realizam (IBGE, 1958: 56).

Nos dias de hoje estas e outras tradições ainda resistem, e se recriam sob os novos tempos. Ainda existem no município de Alfenas ternos de Congos, grupos de Pastorinhas, Dança de São Gonçalo, Bumba-meu-boi e Folias de Reis e o Carnaval. Manifestações que convivem com as festas dos estudantes de Alfenas, que não raro merecem maior destaque na mídia do que as primeiras.

Os negros foram (e ainda o são) importantes figuras na manutenção deste patrimônio cultural representado pelas festas e folguedos populares. Hoje compõem grupos que, já misturados aos brancos, quer seja pela miscigenação racial, quer seja pela convivência social, são expressivos mantenedores da cultura popular na região, conservando costumes de origem africana como as congadas e, além deles, o folclore de origem lusitana, como as pastorinhas e as folias de reis. Para o estudo da cultura popular em Alfenas, o contato com a população negra certamente oferece um rico filão para a compreensão da formação, ou a (re) criação da identidade local.

À guisa de conclusão, vale dizer que para melhor compreendermos o processo de ocupação do município e sua inserção em esferas maiores (regional, estadual, federal, global) uma ampla e minuciosa pesquisa deverá ser realizada através da investigação de arquivos eclesiásticos de Alfenas e outras localidades, arquivos da administração pública e do poder judiciário; em obras de viajantes; em estudos arqueológicos, inclusive com escavações, talvez os únicos registros existentes sobre os primeiros habitantes da região; e finalmente com a população atual, principalmente os mais velhos, sem dúvida, grandes depositários de saber sobre a história local.

Bibliografia

ARQUIVO Público Mineiro, Ano II, 1987. Dir. e Red. José Pedro Xavier da Veiga. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1987.

AYER, Aspásia Vianna Manso Vieira. A Igreja na História de Alfenas. A Fundação de Pedra Branca. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. Saterb Ltda, 1971.

BERALDO, Ana Maria; CUNHA, Luciane S. da; REIS, M. Eunice dos; AMARAL, Sarita do Prado. Sapucaí, O Caminho das Águas. snt, 1996. Trabalho produzido como Projeto Experimental para conclusão do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras "Eugênio Pacelli", Pouso Alegre, MG.

CARVALHO, João Rodrigues. História de Machado (1816-1974). Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. A composição social dos partidos políticos imperiais. In: Cadernos do Departamento de Ciência Política, Belo Horizonte: UFMG, s/d. p. 1/34.

FRADE, P. Dicionário Chorographico e Estatística Chorographica de Distancias do Estado de Minas Gerais. 2 ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1917.

IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. XXIV volume. Rio de Janeiro, 1958.

MATZNER, José. Guia do Sul de Minas - A Suíça Mineira. Belo Horizonte: Oficinas Gráficas Folha de Minas, 1950.

PINTO, Alfredo Moreira. Apontamentos para o Diccionnario Geographico do Brazil. Rio de janeiro: Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1887.

PRADO, Oscar Ferreira. O Sertão dos Mandibóias. Fundação de Paraguaçu-MG. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Volume VII, 1960. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1961.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Volume XX 1983-1985. Separata, por Aspásia Vieira Ayer, sócia efetiva.

SECRETARIA de Estado da Cultura/Governo de Minas Gerais. 1º Censo Cultural de Minas Gerais. Guia da Região Sul. 1994.

SENNÁ, Nelson C. de, Anuario Histórico Chorographico de Minas Gerais - 1909, Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado, 1909